

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de **MATERIAIS PARA AS INTERVENÇÕES E AUXÍLIO NO TRÂNSITO**, para atender as necessidades da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM E MOBILIDADE URBANA**, pelo período de 12 (Doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste Instrumento.

1.2 Requisitante: Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana - SMOMU, por meio do Fundo Municipal de Mobilidade Urbana.

1.3 Fundamentação legal: Pregão Eletrônico – Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 599/2020 - Lei Federal 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 - **SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**

1.4 Período: 12 (doze) meses

1.5 Tipo: Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93;

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

COTA EXCLUSIVA				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QTDE
01	ESPELHO CONVEXO PANORÂMICO COM ACABAMENTO EM BORRACHA - 60 CM. FABRICADO EM VIDRO CRISTAL COM BASE EM ALUMÍNIO, SUPORTE ARTICULÁVEL EM AÇO GALVANIZADO E ACABAMENTO COM ANEL DE BORRACHA. NÃO RISCA, NÃO EMBAÇA E PODE SER FACILMENTE HIGIENIZADO, POSSUI PROPRIEDADES ANTI-ESTILHAÇANTES ATENDENDO A NORMAS DE SEGURANÇA DE DIVERSOS ESTABELECIMENTOS POSSUI TAMBÉM SUPORTE ARTICULÁVEL PARA PERFEITO AJUSTE NA POSIÇÃO DESEJADA.		Unid.	100

	PRODUTO COM EXCELENTE VISÃO PARA ESQUINAS, CORREDORES, CANTOS, PÁTIOS DE MANOBRAS, PORTÕES DE GARAGEM, ENTRADAS, PORTARIAS etc. INDICADO PARA USO EM SUPERMERCADOS, LOJAS, EMPRESAS, CONDOMÍNIOS, GARAGENS, ESTACIONAMENTOS E DIVERSOS OUTROS LOCAIS DE GRANDE MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAS E VEÍCULOS. ACOMPANHA: PELÍCULA PROTETORA PARA PROTEGER O PRODUTO DE EVENTUAIS RISCOS E AVARIAS; SUPORTE PARA FIXAÇÃO; MANUAL COM INSTRUÇÕES DE MONTAGEM. DESCRIÇÃO TÉCNICA: MATERIAL ESPELHO: VIDRO CRISTAL; MATERIAL BASE: ALUMÍNIO; MATERIAL SUPORTE ARTICULÁVEL: AÇO GALVANIZADO; MATERIAL ACABAMENTO: BORRACHA; MEDIDAS (DIÂMETRO): 60 CM.			
AMPLA CONCORRÊNCIA				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QTDE
2	GRADIL PORTÁTIL PARA CANALIZAÇÃO OU BLOQUEIO, formato de grades metálicas e de módulos metálicos portáteis intertravados, com altura mínima de 1,20m e Largura de 2,00m. Aço galvanizado- Quinas boleadas		Unid.	500

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana – SMOMU – como órgão componente do Sistema Nacional de Trânsito, é responsável pela manutenção da sinalização viária no Município de Nova Friburgo.

Código de Trânsito Brasileiro - CTB

Art. 24: Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

(...)

III – implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

3.2 Cabe registrar que a SMOMU tem como uma de suas prioridades, garantir o deslocamento e a acessibilidade através do sistema viário da Cidade de forma rápida, segura e eficiente, tendo como fator preponderante a qualidade de vida e do meio ambiente.

3.3 A sinalização viária tem por finalidade regulamentar o uso, advertir sobre perigos potenciais e orientar os usuários durante os seus deslocamentos urbanos. Esta comunicação é feita por mensagens padronizadas quanto a sua forma, tamanhos e cores de modo a permitir a compreensão fácil, rápida e eficaz pelos motoristas e demais usuários da via.

3.4 A finalidade da aquisição do referido material (espelho e gradil), além de possuir caráter voltado à infraestrutura, manutenção e conservação das vias e logradouros públicos, tornam-se indispensáveis ao bom funcionamento do trânsito, tanto para os motoristas, pedestres e demais transeuntes.

3.5 Sem a aquisição da lista de materiais de manutenção elencadas nas requisições anexas aos autos, o funcionamento do trânsito no Município será por demais prejudicado, haja vista que são essenciais à conservação de qualquer vias ou logradouros públicos, ainda mais no que tange às questões de segurança no trânsito, e com a falta destes, as vias ficarão deterioradas e com funcionamento precário, e com falta de segurança, além de que atualmente a presente Secretaria de Ordem e Mobilidade Urbana atualmente sem gradis aptos a atender as necessidades de toda a municipalidade, seja para fechamento de ruas e espaços públicos.

3.6 A aquisição dos itens descritos neste Termo de Referência será de suma importância para a correta sinalização das vias e logradouros públicos, fiscalização de trânsito, aplicação de medidas administrativas legalmente previstas, além de conferirem maior segurança a toda população.

3.7 Considerando que as peculiaridades dos objetos do presente Termo, escolheu-se realizar o Sistema de Registro de Preço, uma vez ser difícil delimitar exatamente a quantidade, uma vez depender das necessidades pontuais do trânsito.

5. CONDICÕES TÉCNICAS:

Conforme descrito na tabela de itens 2.1.

7. ACEITAÇÃO E REJEIÇÃO

7.1 Cabe ao comprador aceitar total ou parcialmente o fornecimento, em vista dos resultados de inspeção visual e independente de ensaios.

7.2 Devem ser rejeitados os lotes que não atenderem à descrição constante na tabela do item 2.1.

7.3 Ao Licitante que apresentar menor preço em relação às tintas, poderá ser solicitado a apresentação de amostras do material.

7.3.1 A entrega de amostra poderá servir para garantir que o material fornecido seja padronizado e de qualidade, e que atenda às especificações contidas neste Termo de Referência.

7.3.2 O licitante de melhor proposta terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para o envio da amostra, após solicitação do pregoeiro.

7.3.3 A amostra não faz parte do montante final, portanto não deve ser descontada da quantidade total a ser enviada.

7.3.4 A amostra, aprovada ou não, deverá ser retirada pelo licitante em até 5 (cinco) dias úteis após a aprovação ou recusa da mesma. Caso não seja retirada pelo licitante, a amostra será descartada.

7.3.5 Será recusado o material da licitante que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra, ou que não a apresentar no prazo estabelecido.

7.3.6 O material final entregue deverá estar idêntico à amostra aprovada. Caso a Contratante constate qualquer divergência entre o material aprovado na amostra e o quantitativo entregue, a Contratada deverá substituir os itens às suas expensas.

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

8.2 As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005);

8.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

8.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9. DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da aquisição, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte
31001.0412200012.002	33.90.30.20	1752000

9.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, CNPJ 20.095.168/0001-35,

Av. Alberto Braune, nº 225 – Centro/ Nova Friburgo-RJ (endereço no cadastro nacional de pessoa jurídica)

10. DA ENTREGA

10.1 O fornecimento será solicitado conforme as necessidades do setor solicitante, e deverão ser entregues no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho:

- o **Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana – SMOMU**
- o **Endereço: Rua Vicente Sobrinho, nº 80, Olaria – Nova Friburgo – RJ,**
- o **Horário de entrega: dias úteis, das 9h às 17h;**

10.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta; **10.3** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações

constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

10.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

10.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

10.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11. DA LIQUIDACÃO

11.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no Decreto nº 313, de 10 de Outubro de 2019, desde que as certidões listadas no próximo item estejam na validade.

12. DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

12.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

12.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

13.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

13.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

13.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a CONTRATADA;

13.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

13.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

13.1.7 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

13.1.9 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

13.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

14.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

14.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

14.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

14.1.4 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato/ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.6 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana, para representá-la na execução do Contrato/Ata;

14.1.7 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

14.1.8 Cumprir o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

14.1.9 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato/Ata, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria municipal de Ordem e mobilidade Urbana;

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

16.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Samuel Ribeiro Rosa Boy	63.097	Gestor Titular
João Victor Fernandes de Jesus	62.909	Gestor Substituto
Marlon Fernandes da Rocha	468.032	Fiscal Titular
Alexandre de Paula Pinto	115.001	Fiscal Substituto

16.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

16.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

17.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos Setores Administrativos, Operacional e Planejamento, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

18.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

18.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

18.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

18.3.1 Advertência;

18.3.2 Multa:

18.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

18.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

18.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

18.3.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

18.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

18.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

18.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

18.5 As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

18.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

20. DA RESCISÃO

20.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana, o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

20.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

20.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana;

20.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana.

Responsáveis Técnicos:

Gestor: _____

Fiscal: _____

Samuel Ribeiro Rosa Boy

Marlon Fernandes da Rocha

Assessor Especial de Planej. da Mob. Urbana

Supervisor Operacional

Matrícula: 63.097

Matrícula: 468.032

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo
O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Renato de Souza Silva

Secretário Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana

Mat.: 63.135